



Sofia Filipa Lopes Fernandes

A relação entre experiências adversas e comportamento delincente dos jovens: o papel da perspetiva temporal

Universidade do Minho
Escola de Psicologia





Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sofia Filipa Lopes Fernandes

A relação entre experiências adversas e
comportamento delinquente dos jovens: o papel da
perspetiva temporal

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Cristina Martins

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Quero começar por agradecer à Professora Doutora Paula Cristina Martins que ao longo deste ano e meio esteve disponível para me apoiar durante o desenvolvimento da minha dissertação.

Quero também agradecer a todas instituições que aceitaram colaborar no estudo, assim como, a todos os representantes legais dos jovens que autorizaram a participação destes no estudo. Igualmente quero agradecer a todos os jovens que participaram, uma vez que sem a sua participação a realização do estudo não seria possível.

Quero agradecer também a todas as minhas colegas da equipa de investigação, pelo apoio mútuo ao longo dos últimos meses.

Gostava ainda de agradecer à minha madrinha, às minhas amigas, colegas e conhecidos que me ajudaram na procura de mais participantes e que tornaram possível a realização da dissertação.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer a toda a minha família e amigos que me apoiaram desde o início deste processo e que estiveram sempre presentes e prontos para me apoiar em tudo que fosse necessário.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 03/06/2021

Sofia Filipa Lopes Fernandes

(Sofia Filipa Lopes Fernandes)

A relação entre experiências adversas e comportamento delincente dos jovens: o papel da perspectiva temporal

Resumo

Os jovens em acolhimento residencial, comparativamente àqueles em contexto normativo, apresentam maior índice de adversidade, que está relacionado com a orientação temporal mais focada para o passado negativo e o aumento da adesão a comportamentos delinquentes. Assim, este estudo pretendeu analisar a relação entre o índice de adversidade, a perspectiva temporal e os comportamentos delinquentes em jovens em acolhimento e em contexto normativo. O estudo é constituído por 54 jovens, 27 em acolhimento e 27 em contexto normativo, dos 12 aos 16 anos. Utilizou-se o Questionário da história de adversidade, o Inventário da perspectiva temporal de Zimbardo e a *Self-report delinquency*. Observou-se que um maior índice de adversidade aumenta a orientação temporal para o passado negativo e o número de comportamentos delinquentes nos jovens em acolhimento, mas a dimensão temporal passado negativo não modera a relação entre o índice de adversidade e os comportamentos delinquentes. Os jovens em contexto normativo apresentam uma orientação temporal mais focada para o passado positivo, menor índice de adversidade e comportamentos delinquentes. Os resultados contribuem para compreender o impacto das experiências adversas vivenciadas na infância na perspectiva temporal e nos comportamentos delinquentes nos jovens em acolhimento e em contexto normativo.

Palavras-chave: acolhimento, contexto normativo, delinquência, adversidade, perspectiva temporal

The relationship between adverse experiences and delinquent behaviors of youth: the role of the time perspective

Abstract

Youth in residential care, compared to those in normative context, have a higher rate of adversity, which is related to the more focused temporal orientation towards the past negative and the increase in adherence to delinquent behaviors. Thus, this study aimed to analyze the relationship between the adversity index, the temporal perspective and the delinquent behaviors in youth in residential care and in a normative context. The study consists of 54 youth, 27 in residential care and 27 in a normative context, from 12 to 16 years old. The adversity history questionnaire, the Zimbardo time perspective inventory and the Self-report delinquency were used. It was observed that a higher adversity index increases the temporal orientation towards the past negative and the number of delinquent behaviors in the youth in residential care, but the temporal dimension past negative does not moderate the relationship between the adversity index and the delinquent behaviors. Youth in a normative context have a more focused temporal orientation towards the positive past, less adversity and delinquent behaviors. The results contribute to understand the impact of the adverse childhood experiences in the time perspective and in the delinquent behaviors in youth in residential care and in normative context.

Keyword: residential care, normative context, delinquency, adversity, time perspective

Índice

A relação entre experiências adversas e comportamento delinquente dos jovens: o papel da perspectiva temporal	8
Experiências adversas.....	8
Perspetiva Temporal	10
Comportamentos delinquentes.....	12
Método.....	14
Participantes	14
Instrumentos	15
Questionário sociodemográfico.....	15
Experiências adversas.....	15
Perspetiva Temporal	15
Comportamentos delinquentes.....	16
Design e Procedimento.....	16
Análise estatística	17
Resultados	17
Discussão.....	22
Limitações e estudos futuros.....	25
Conclusão	25
Referências	27

Índice das tabelas

Tabela 1- Estatísticas descritivas do índice total de adversidade para ambos os grupos.....	17
Tabela 2- Estatísticas descritivas das categorias de experiências adversas para ambos os grupos	18
Tabela 3- Estatísticas descritivas das dimensões temporais para ambos os grupos	19
Tabela 4- Estatísticas descritivas da delinquência juvenil	20
Tabela 5- Estatísticas de colinearidade	21

A relação entre experiências adversas e comportamento delinquente dos jovens: o papel da perspectiva temporal

A adolescência é um período importante no desenvolvimento do indivíduo, pois é um momento de transição desenvolvimental no qual ocorrem mudanças biológicas, cognitivas, comportamentais e sociais. Erickson (1968) postula que na adolescência a principal tarefa desenvolvimental é a formação de identidade, um processo fundamental (Jackman & MacPhee, 2015), alcançado através da integração do passado, presente e futuro do indivíduo. Neste processo é necessário que os adolescentes se orientem temporalmente para o futuro, devendo explorar diferentes formas de se integrarem na sociedade (Lima, 2013), estabelecendo uma identidade aceitável (Kehinde & Tolulope, 2019). Neste período os adolescentes ganham um novo *insight*, sobre as suas vidas e as experiências vivenciadas (Lima, 2013) e há um ajuste às mudanças no *self* (Kehinde & Tolulope, 2019). Todavia, nem todos experienciam esta transição de igual forma.

Por um lado, a adolescência é um período no qual se melhora a capacidade de raciocínio, as competências de tomada de decisão e desenvolve-se um pensamento mais abstrato e de longo-prazo (Dall, 2004; Soleimanpour et al., 2017; Steinberg, 2014). Contudo, relaciona-se também com o aumento da tomada de riscos, procura de sensações e adesão a comportamentos imprudentes, influenciados pelas emoções, que pode resultar na rejeição, por um determinado período, das consequências desses comportamentos (Dall, 2004; Müller-Fabian & Delcea, 2017; Soleimanpour et al., 2017; Steinberg, 2014).

Soleimanpour et al. (2017) mencionam que os jovens podem ter mais resultados negativos neste período de transição, devido aos efeitos prejudiciais resultantes da vivência de experiências adversas na infância, principalmente, os jovens em acolhimento que, por norma, vivenciaram pelo menos uma experiência adversa na infância (Garrido et al., 2017).

Experiências adversas

As experiências adversas na infância podem englobar abuso emocional, físico e/ou sexual, negligência emocional e/ou física, divórcio/separação parental, exposição a violência doméstica, abuso de substâncias no ambiente familiar, doença mental ou suicídio na família e/ou prisão de um membro da família (Craig, 2018; Dube et al., 2003; Duke et al., 2010; Feliti et al., 1998).

A investigação demonstra que a exposição a uma experiência adversa na infância aumenta a probabilidade de exposição a outra experiência adversa (Baglivio & Epps, 2015; Baglivio et al., 2015; Fagan & Novak, 2017; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020). Baglivio e Epps (2015) verificaram que, à exceção da experiência de divórcio/separação parental, as restantes encontravam-se altamente interrelacionadas entre si, sendo a probabilidade 3.3 a 6.8 vezes maior de vivenciar outra experiência adversa na infância. Segundo Baglivio et al. (2015), um maior número de vivências de experiências

adversas na infância foi associado a idades mais precoces de vivência da primeira experiência adversa. Evidências demonstram que a exposição múltipla a experiências adversas na infância pode causar danos permanentes no cérebro em desenvolvimento (Boullier & Blair, 2018).

As crianças e jovens em acolhimento residencial, comparativamente àquelas em contexto normativo, vivenciaram mais experiências adversas (Crawford et al., 2018; Cusimano et al., 2020; Garrido et al., 2017; Moss et al., 2020; Rebbe et al., 2017; Turney & Wildman, 2017; Yang et al., 2020), e a sua maioria, como Treageagale et al. (2019) verificaram, sofreram exposição prolongada a experiências adversas antes do acolhimento. Os jovens no sistema de proteção apresentam, normalmente, mais experiências de abuso emocional e físico, negligência física, divórcio/separação parental, violência doméstica, abuso de substâncias no ambiente familiar, doença mental na família e comportamento criminoso, sendo a mais comum a negligência física (Pinto et al., 2015; Turney & Wildeman, 2017).

Ademais, há extensa evidência científica de que quanto maior o índice de adversidade maior é a adesão a comportamentos delinquentes (Allwood et al., 2012; Baglivio & Epps, 2015; Blum et al., 2019; Boullier & Blair, 2018; Brown & Shillington, 2017; Craig, 2018; Duke et al., 2010; Fagan & Novak, 2017; Flores et al., 2018; Gao et al., 2014; Garrido et al., 2017; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Hunt et al., 2016; Leban & Gibson, 2019; Rodrigues, 2019; Seiler et al., 2016; Widom, 2017; Wolf & Baglivio, 2016). Garrido et al. (2017) verificaram que para cada experiência adversa adicional havia um aumento de 48% de probabilidade de delinquência. Contudo, Moss et al. (2020) e Hu et al. (2020) apenas verificaram esta relação direta no sexo feminino, enquanto Widom (2017) a comprovou no sexo masculino. É de mencionar que o impacto das experiências adversas em conjunto com os contextos circundantes, como a colocação numa instituição, contribuem para a associação entre a vivência de experiências adversas e a delinquência dos jovens em acolhimento (Brown & Shalington, 2017; Gypen et al., 2017; Seiler et al., 2016). Contudo, esta associação varia conforme a experiência de acolhimento dos indivíduos (Crawford et al., 2018). Porém, nem todos os estudos encontraram uma relação direta entre estes construtos, como é o caso de Wolf e Baglivio (2016), que encontram também um efeito indireto, e Moss et al. (2020) verificaram este efeito apenas no sexo masculino.

Segundo Allwood et al. (2012) e Duke et al. (2010) o aumento do risco de comportamentos delinquentes na adolescência pode encontrar-se associado a diversos tipos de experiências adversas, como experiências de abuso e disfunção sexual, vitimização e exposição a violência.

Existem teorias explicativas que relacionam a vivência de experiências e eventos adversos com os comportamentos delinquentes. Segundo a teoria do controlo, a delinquência pode surgir devido à experiência de abuso físico, pelos pais, pois reduz o apego às figuras parentais e a eficácia destas como agentes socializadores (Agnew, 1992). A teoria da aprendizagem social postula que os relacionamentos

negativos, como com pais abusivos fisicamente, podem resultar em delinquência, como um modelo de imitação e ensino de que a violência e outros comportamentos são aceitáveis (Agnew, 1992). Finalmente, a teoria geral da tensão menciona que a adesão a comportamentos delinquentes pode ser uma forma de lidar com sentimentos negativos, como a raiva, gerados pela exposição a situações aversivas, como abuso infantil e negligência (Agnew, 1992). Assim, a adesão a comportamentos delinquentes pode ser uma forma de mitigar as emoções negativas a curto-prazo (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020). Todavia, Leban e Gibson (2019) mencionam que a adesão a delinquência pode ser uma estratégia de *coping* apenas para o sexo masculino.

Assim, alguns estudos verificaram que as experiências de negligência e doença mental na família (Fox et al., 2015; Hunt et al., 2016) não têm impacto significativo no envolvimento em condutas delinquentes mais graves. Contudo, noutros estudos as categorias de abuso físico e sexual, negligência (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Widom, 2017) e doença mental na família (Hunt et al., 2016; Turner et al., 2020) demonstraram ter um impacto significativo. A exposição a violência doméstica também é relevante para a existência de resultados negativos nos jovens (Turner et al., 2020).

A adversidade no início da vida tem efeitos significativos a longo-prazo psicológica, emocional e comportamentalmente (Boullier & Blair, 2018; Brown & Shillington, 2017; Cusimano et al., 2020; Tregagle et al., 2019). Porém, o tempo pode diminuir o impacto das experiências adversas, pois durante o desenvolvimento inicial há uma maior plasticidade cerebral que permite que as crianças superem essas experiências, mas tal depende de ambientes que proporcionem experiências sociais capazes de amenizar os efeitos das mesmas (Bruskas, 2013). Todavia, a vivência de experiências adversas tem um impacto no cérebro, que se pode refletir no presente e futuro dos indivíduos (Carvalho, 2019), mas nem todos os adolescentes com histórias de adversidade se envolvem em comportamentos delinquentes ou têm a perspectiva temporal afetada (Allwood et al., 2012; Fox et al., 2015; Widom 2017).

Perspetiva Temporal

A perspectiva temporal foi definida, por Zimbardo e Boyd (1999), como o processo subjetivo e inconsciente no qual as experiências pessoais são atribuídas a uma dada categoria temporal para ordenar, dar coerência e significado às experiências. Estas categorias refletem padrões temporais utilizados para codificar, armazenar e relembrar experiências, formar expectativas, objetivos e cenários imaginativos. Todavia, alguns indivíduos focam-se apenas numa categoria temporal no momento de tomarem uma decisão, servindo como um viés cognitivo de serem orientados temporalmente para essa mesma categoria. Quando este viés cognitivo é constantemente utilizado no momento de tomar decisões pode-se tornar num estilo preditivo da forma como estas são tomadas. Ainda, a percepção de como os indivíduos moldam as suas decisões, seja no passado, presente ou futuro, determina e identifica aqueles cuja probabilidade de se

envolverem em comportamentos de risco é maior (Sword et al., 2014). Zimbardo e Boyd (1999) afirmam igualmente que a perspectiva temporal pode ser equilibrada se houver flexibilidade de alternância entre as diferentes categorias temporais. Assim, os autores mencionam cinco dimensões temporais: passado negativo, passado positivo, presente hedonista, presente fatalista e futuro.

O passado negativo é caracterizado por uma visão aversiva e negativa do passado, podendo resultar de uma experiência traumática, da construção negativa de eventos ou de ambos. Relaciona-se com depressão, agressão, baixa autoestima e baixa estabilidade emocional e ansiedade traço (Stolarski et al. 2015; Zimbardo & Boyd, 1999). Estudos com jovens em acolhimento demonstraram pontuações elevadas nesta dimensão (Morsanyi & Forgasi, 2014; Rodrigues, 2019). Contrariamente, o passado positivo consiste numa atitude agradável e sentimental face ao passado, e associa-se a alta autoestima e baixa ansiedade (Stolarski et al., 2015; Zimbardo & Boyd, 1999). Ancorar-se nestas duas dimensões não é adaptativo para os indivíduos, pois encontram-se associadas com estilos relacionais e de tomada de decisão não adaptativos (Molinari et al., 2015). Finalmente, para as crianças em acolhimento, é essencial dar significado às experiências do passado para preparem projetos futuros (Teixeira et al., 2018).

Relativamente ao presente hedonista, este consiste numa postura de tomada de riscos e uma atitude de procura de prazer na vida. Relaciona-se com a procura de sensações e novidade e baixo controlo de impulsos (Chavarria et al., 2015; Henson et al., 2006; Stolarski et al., 2015; Zimbardo & Boyd, 1999). Existe uma relação positiva entre esta dimensão e a adesão a comportamentos de risco (Henson et al., 2006; Paiva, 2015; Rodrigues, 2019). Já o presente fatalista refere-se à crença de que os indivíduos se encontram à mercê do destino que não pode ser influenciado pelas suas ações. Associa-se à depressão, baixa consideração pelas consequências das ações no futuro e *locus* de controlo externo (Henson et al., 2006; Stolarski et al., 2015; Zimbardo & Boyd, 1999). Estas duas dimensões representam visões típicas dos jovens, tanto pelo interesse de prazer imediato como pela desresponsabilização pelas suas ações (Molinari et al., 2015).

Ter uma atitude positiva do passado e do presente pode ser resultado de estratégias eficazes para lidar emocionalmente com várias situações de vida (Stolarski et al., 2011).

Finalmente, o futuro refere-se a comportamentos direcionados para atingir objetivos, metas e recompensas. Relaciona-se com a consideração pelas consequências das ações no futuro, investimento na concretização de projetos e objetivos estabelecidos, desenvolvimento de identidades positivas e escolha de caminhos socialmente convencionais, nos vários domínios de vida (Carvalho et al., 2010; Gouveia-Pereira et al., 2016; Henson et al., 2006; Paiva, 2015, Stolarski et al., 2015; Zimbardo & Boyd, 1999). A orientação temporal para o futuro pode ser afetada pela vivência de experiências adversas e pela adesão a comportamentos criminais, pois podem ser um mecanismo pelo qual os jovens desistem do seu futuro

(Allwood et al., 2012; Hilley et al., 2019; Mahler et al., 2017). Contudo, apesar de os jovens em acolhimento terem vivenciado pelo menos uma experiência adversa na infância (Garrido et al. 2017), alguns estudos verificaram não existir um efeito prejudicial na preferência temporal e na forma como os jovens em acolhimento pensam no futuro (Lima, 2013; Morsanyi & Forgasi, 2014; Rodrigues, 2019), e que estes se preocupam tanto com as consequências das suas ações no futuro como os jovens em contexto normativo (Morsanyi & Forgarasi, 2014). Os jovens com orientação temporal mais focada para o futuro têm menor probabilidade de adesão a comportamentos delinquentes, pois antecipam as consequências desses comportamentos (Chen & Vazsonyi, 2013; Craig, 2018). Contudo, os indivíduos mais jovens têm mais dificuldades em antecipar as consequências das suas ações (Paiva, 2015). Assim, a orientação temporal para o futuro pode ser considerada um fator protetor para a adesão a comportamentos delinquentes (Carvalho et al., 2010; Chen & Vazsonyi, 2011; Clinkinbeard, 2013; Jackman & Machee, 2015; Kruger et al., 2015).

Comportamento delinquente

Em Portugal, segundo a Lei Tutelar Educativa (Lei nº166/99, de 14 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº4/2015, de 15 de janeiro), considera-se delinquência juvenil quando um menor, com idade entre os 12 e 16 anos, pratica um ato qualificado pela lei como crime.

Existem várias características associadas aos delinquentes, dentre as quais dificuldades na competência de tomada de decisão, pois existem várias condições e experiências capazes de comprometer nos adolescentes, podendo funcionar como um gatilho para o envolvimento no crime (Hinnant & Forman-Alberti, 2018; Timmer et al., 2020). Paiva (2015) conclui que a maturidade psicossocial inferior dos adolescentes, comparativamente aos adultos, condiciona/interfere na sua tomada de decisão, podendo levar a decisões antissociais, o que resulta, entre outros, numa menor responsabilidade pessoal e maior dificuldade de perspectiva a longo-prazo.

Deste modo, os indivíduos antissociais têm a tendência para atribuírem a responsabilidade das suas ações a terceiros ou a elementos externos (Gonçalves, 2013), assumindo assim um *locus* de controlo externo, ou seja, assumem que são incapazes de controlar as suas ações (Gonçalves, 2013), podendo, por isso, ser facilmente influenciados pelo ambiente (Kehinde & Tolulope, 2019).

Ademais, o “agir sem pensar” é a base do funcionamento típico dos delinquentes, o que influencia a capacidade de desenvolver um pensamento alternativo e consequente (Gonçalves, 2013). A existência de um pensamento alternativo e consequente deficitário pode dever-se à reduzida utilização do raciocínio abstrato pelos delinquentes (Gonçalves, 2013). Estes tendem ainda a apresentar incapacidade de raciocínio antecipatório, que pode resultar em dificuldade em prever as consequências das suas ações (Gonçalves, 2013).

Os delinquentes têm também a tendência de aderir a comportamentos de risco, associados à procura de novas sensações, de experimentar algo novo e excitante (Gonçalves, 2013). Como explica Steinberg (2014) isso pode dever-se à existência de alterações dos recetores de dopamina no cérebro, durante a adolescência, podendo ter implicações na procura de sensações porque a dopamina tem um papel crítico na forma como se experimenta o prazer.

Finalmente, como os delinquentes têm a capacidade de estabelecer objetivos de longo-prazo limitada, privilegiam soluções imediatas, de “aqui e agora”, aumentando a probabilidade de adesão a comportamentos delinquentes, demonstrando uma preferência por gratificações imediatas (Clinkinbeard, 2013; Craig, 2018; Gonçalves, 2013; Gouveia-Pereira et al., 2016; Kruger et al., 2015), como o acesso a bens materiais e financeiros e o respeito dos pares (Kruger et al., 2015). Uma explicação, segundo Steinberg (2014), é que na adolescência o centro de recompensas encontra-se mais ativado, o que resulta no aumento da sensibilidade a recompensas antecipadas, que motivam a adesão a comportamentos de risco quando o potencial de prazer é elevado. O auge deste sistema ocorre entre os 13 e 16 anos, período no qual os sistemas de autorregulação ainda são imaturos, e esta diferença cria uma vulnerabilidade maior para a adesão a comportamentos imprudentes. Assim, Farrington et al. (2017) indicam que se os jovens receberem recompensas pelas ofensas cometidas a probabilidade de adesão noutras ofensas aumenta. Destarte, para Gouveia-Pereira et al. (2016), os adolescentes com comportamentos direcionados para as suas possíveis recompensas imediatas tendem a agir sem consideração pelas consequências das ações no futuro.

É importante também mencionar, que segundo alguns estudos (de Carvalho & Chima, 2020; Doyle, 2007; Farineu & McWey, 2011; Ryan et al., 2008; Ryan & Testa, 2005) os jovens em acolhimento, apresentam mais comportamentos delinquentes, comparativamente aos jovens em contexto normativo, pois estes comportamentos podem ser uma estratégia de *coping* (Agnew, 1992; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Leban & Gibson, 2019).

Posto isto, verificou-se que a investigação demonstra existir uma relação positiva entre as experiências adversas na infância e a adesão a comportamentos delinquentes e uma relação negativa entre esta e a orientação temporal para o futuro. Porém, existe uma escassez de literatura, em Portugal, sobre a relação entre as experiências adversas na infância, a perspetiva temporal e a adesão a comportamentos delinquentes. Rodrigues (2019) analisou o papel das experiências adversas, da perspetiva temporal e das expectativas do futuro na adesão a comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas, em jovens portugueses em acolhimento residencial. Este estudo distingue-se desse, pois foca-se no papel das experiências adversas e da perspetiva temporal na adesão a comportamentos delinquentes, como vandalismo, em jovens em acolhimento residencial e em contexto normativo, visto que a literatura aponta

para diferenças entre estes grupos. Neste sentido, o presente estudo visa averiguar as diferenças no índice de adversidade, perspectiva temporal e comportamento delincente em jovens em contextos de vida distintos, concretamente em acolhimento residencial e em contexto normativo, analisar como é que as experiências adversas na infância influenciam a perspectiva temporal, estudar o papel das experiências adversas e da perspectiva temporal na adesão a comportamentos delinquentes e quais experiências adversas mais influenciam os comportamentos delinquentes.

Considerando a literatura supracitada foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 1: “Os jovens com índice de adversidade elevado têm orientação temporal mais focada para o passado negativo.”;

Hipótese 1.1: “Quanto maior for o índice de adversidade para os jovens em acolhimento residencial mais focada é a orientação temporal para o passado negativo.”;

Hipótese 2: “Os jovens com índice de adversidade elevado aderem a mais comportamentos delinquentes.”;

Hipótese 2.1: “Quanto mais elevado o índice de adversidade dos jovens em acolhimento maior adesão a comportamentos delinquentes.”;

Hipótese 2.2: “As experiências de negligência e doença mental na família não se relacionam com maior número de comportamentos delinquentes.”;

Hipótese 3: “Nos dois contextos de vida, quanto mais focada a orientação temporal para o futuro menor a adesão a comportamentos delinquentes.”;

Hipótese 4: “Nos dois contextos de vida, quanto mais focada a orientação temporal para o presente hedonista maior adesão a comportamentos delinquentes.”;

Hipótese 5: “Nos dois contextos de vida, há um efeito moderador da dimensão temporal passado negativo na relação entre as experiências adversas e os comportamentos delinquentes.”.

Assim, as experiências adversas são a variável independente do estudo, a perspectiva temporal a variável moderadora e os comportamentos delinquentes a variável dependente.

Método

Participantes

Utilizou-se um método de amostragem não probabilístico por conveniência, cujos critérios de seleção foram proximidade e acessibilidade, e o método da bola de neve.

O estudo é constituído por 54 participantes, dos quais 27 (50%) encontram-se em acolhimento residencial, em 5 instituições distintas, e os restantes em contexto normativo. Todos os participantes em acolhimento são do sexo feminino (N=27), enquanto apenas 11 (40.7%) dos participantes em contexto normativo são do sexo feminino. Os participantes têm entre os 12 e 16 anos de idade, sendo a média de

14.59 anos (DP=1.22) e 14.04 anos (DP=1.09), respetivamente, para o grupo em acolhimento e em contexto normativo. O nível de escolaridade dos participantes variou do 6º ao 11º ano, sendo a média para o grupo em acolhimento 8.15 (DP=1.41) e 8.67 (DP=1.18) para o grupo em contexto normativo.

Instrumentos

Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico permitiu a caracterização dos jovens, através do levantamento de informações relativas ao sexo, idade, ano de escolaridade e se se encontravam em acolhimento residencial.

Experiências adversas

Para avaliar as experiências adversas na infância utilizou-se a versão reduzida do Questionário da História de Adversidade na Infância original de Felliti et al. (1998), adaptado para a população portuguesa por Silva e Maia (2008). O questionário é constituído por 17 itens relacionados com experiências vivenciadas até aos 16 anos. Os itens do questionário referem-se a 10 categorias de experiências adversas divididas em duas áreas: experiências nas quais a criança é vítima direta e experiências integradas num contexto familiar disfuncional. A primeira área engloba as experiências de abuso emocional (itens 1 e 2), abuso físico (itens 3 e 4), abuso sexual (itens 5 e 6), negligência emocional (avaliada pelos itens 7 e 8) e negligência física (itens 9 e 10). Enquanto, a segunda inclui as experiências de divórcio/separação parental (item 11), exposição a violência doméstica (itens 12, 13 e 14), abuso de substâncias no ambiente familiar (item 15), doença mental ou suicídio na família (item 16) e prisão de um membro da família (item 17). Os participantes responderam numa escala dicotómica de “sim” ou “não” a cada item, à exceção dos itens 12, 13 e 14, que caso a resposta fosse “sim”, tinham as opções “sim, a minha mãe ou madrasta” e/ou “sim, o meu pai ou padrasto”. O instrumento, no final, permite calcular o Índice Total de Adversidade, ou seja, permite calcular o total de experiências adversas vivenciadas pelos participantes. Este índice pode variar entre 0 e 10, caso os participantes não tenham vivenciado nenhuma experiência adversa ou caso tenham vivenciado todas as experiências adversas, respetivamente.

O questionário apresenta um *alpha Cronbach* de .80.

Quanto maior o índice total de adversidade obtido, mais experiências adversas os jovens vivenciaram.

Perspetiva Temporal

Recorreu-se à versão reduzida do Inventário da Perspetiva Temporal de Zimbardo (ZTPI) de Zimbardo e Boyd (1999), adaptada por Ortuño e Gamboa (2009) para a população portuguesa e reduzida por Ortuño et al. (2017), para avaliar a perspetiva temporal. Esta escala é constituída por 25 itens que avaliam as cinco dimensões temporais. O passado negativo é avaliado por 7 itens (6, 9, 12, 13, 15, 23,

25), o passado positivo por 4 (1, 3, 7, 11), o presente hedonista avalia-se também por 4 itens (2, 10, 20, 22), o presente fatalista através de 5 (5, 14, 16, 17, 18) e o futuro avalia-se pelos 5 itens restantes (4, 8, 19, 21, 24). Os itens da escala consistem em proposições sobre crenças, preferências e valores dos indivíduos relativamente às suas experiências com uma base temporal. Os participantes responderam numa escala de *Likert* de 5 pontos, na qual 1 representa “nada” e 5 “totalmente”, na medida em que cada item o representa. A escala apresenta valores de *alpha Cronbach* para todas as dimensões temporais muito próximos ou superiores a .50.

Os participantes apresentam uma maior propensão para uma orientação temporal mais focada, quanto maior o valor obtido em cada dimensão.

Comportamento delinquente

Para se avaliar os comportamentos delinquentes utilizou-se a versão reduzida da escala *Self-Report Delinquency* (SRD), original de Elliot e Ageton (1980), adaptada e reduzida para a população portuguesa por Pechorro et al. (2018). A escala é constituída por 24 itens, na qual os participantes tinham de identificar a frequência, que nos últimos 12 meses, tiveram comportamentos delinquentes, numa escala de *Likert* de 5 pontos, na qual 1 representa “nunca/quase nunca” e 5 “sempre/quase sempre”.

A SRD é composta por seis subescalas: crimes predatórios contra pessoas que inclui crimes como roubo; crimes predatórios contra a propriedade, por exemplo, fraude; crimes de serviço ilegal, como venda de medicamentos; crimes de desordem pública como fazer chamadas obscenas; crimes de *status* como uso de álcool e uso de drogas pesadas, por exemplo, cocaína.

A SRD- versão reduzida apresenta um *alpha Cronbach* de .91.

Os participantes que obtêm pontuações mais elevadas apresentam mais comportamentos delinquentes.

Design e Procedimento

Este estudo é correlacional, pois pretendeu analisar a relação entre as variáveis experiências adversas, perspectiva temporal e comportamento delinquente.

Primeiramente, foi pedida autorização, para a utilização dos instrumentos supracitados, aos seus autores principais, via *e-mail*. Seguidamente foi pedido o parecer ao Comitê de Ética das Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho. Posteriormente, relativamente aos jovens em acolhimento, foram contactadas 31 instituições de acolhimento selecionadas através do *site* “Carta Social”, via *e-mail*, para pedir autorização para a sua inclusão no estudo. Passados 10 dias desse contacto, caso ainda não tivessem respondido, foram efetuados contactos via telefone para se obter uma resposta ao pedido de colaboração. Quanto aos jovens em contexto normativo efetuaram-se contactos, via *e-mail*, *facebook messenger* e *whatsapp*, na rede social pessoal do investigador principal do estudo, de modo a encontrar

jovens em contexto normativo com as idades pretendidas. Foram também contactadas outras instituições com jovens em risco, como Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, mas nenhuma aceitou colaborar no estudo. Para as 7 instituições que aceitaram colaborar no estudo e para os contactos do investigador principal que conheciam jovens com as idades pretendidas enviou-se, via *e-mail*, *facebook messenger* ou *whatsapp*, o formulário de consentimento informado, dirigido aos diretores técnicos das instituições e aos representantes legais dos jovens, juntamente com o formulário de assentimento informado dirigido aos participantes. Após a receção dos documentos assinados enviou-se, pelo mesmo meio de comunicação, o *link* de acesso aos questionários.

Os questionários foram apresentados num formulário *online* através da plataforma *Google Forms*. Inicialmente era novamente explicado o estudo e pedido o assentimento informado aos participantes. Seguidamente, os questionários foram apresentados na seguinte ordem: questionário sociodemográfico, SRD, Questionário da História de Adversidade na Infância e ZTPI. A duração total de preenchimento foi de aproximadamente 15 minutos.

Análise estatística

Para a realização da análise estatística recorreu-se ao *software IBM SPSS statistic* versão 27 e ao *Microsoft Excel*. Foram verificados os pressupostos da normalidade dos dados. Como a maioria não segue uma distribuição normal realizaram-se testes não paramétricos de *U* de *Mann-Whitney*, testes correlação de *Spearman* e, em alternativa ao teste de moderação, recorreu-se a um teste de regressão logística binária, pois não é necessário que os dados sigam uma distribuição normal. Realizaram-se também análises descritivas para explorar os dados.

Resultados

Como o presente estudo pretendia analisar os resultados obtidos comparando-os para os jovens em acolhimento e em contexto normativo foi necessário, antes da realização das análises, dividir a base de dados para que o *output* dos resultados saísse em função da variável acolhimento.

Deste modo, quanto ao índice total de adversidade, verificou-se que os participantes em acolhimento vivenciaram todos pelo menos uma experiência adversa na infância, oscilando entre o mínimo de 1 e máximo de 10 experiências, sendo a média 5.63 (*DP*=2.63) experiências adversas (cf. tabela 1). Relativamente, aos participantes em contexto normativo quase 90% não relatam experiências adversas, os restantes relatam apenas uma (cf. tabela 1).

Tabela 1

Estatísticas descritivas do índice total de adversidade

Índice total de adversidade	Grupo 1	Grupo 2
-----------------------------	---------	---------

EXPERIÊNCIAS ADVERSAS E COMPORTAMENTO DELINQUENTE

	N	%	N	%
0	0	0	24	89.9
1	1	3.7	3	11.1
2	3	11.1	0	0
3	2	7.4	0	0
4	4	14.8	0	0
5	2	7.4	0	0
6	7	25.9	0	0
7	1	3.7	0	0
8	2	7.4	0	0
9	2	7.4	0	0
10	3	11.1	0	0
Total	27	100	27	100

Nota. Grupo 1– jovens em acolhimento; Grupo 2– jovens em contexto normativo

Relativamente às categorias de experiências adversas verificou-se que o grupo em acolhimento apresenta percentagens superiores a 50% para quase todas. Constatou-se que a mais reportada foi a negligência emocional ($N= 21$; 77.8%) e as menos relatadas foram a negligência física ($N= 10$; 37%) e o abuso sexual ($N= 10$; 37%), sendo estas as únicas experiências com percentagens abaixo de 50% (cf. tabela 2). Das experiências adversas relatadas pelos jovens em contexto normativo verificaram-se percentagens inferiores a 10% em todas. Observou-se que estes jovens somente relatam a vivência de duas categorias de experiências adversas sendo a mais relatada o divórcio/separação parental ($N= 2$; 7.4%) e a menos relatada a negligência emocional ($N= 1$; 3.7%) (cf. tabela 2).

Tabela 2

Estatísticas descritivas das categorias de experiências adversas

Categorias das experiências adversas	Grupo 1		Grupo 2	
	N	%	N	%
Abuso emocional	18	66.7	0	0
Abuso físico	12	44.4	0	0
Abuso sexual	10	37.0	0	0
Negligência emocional	21	77.8	1	3.7

EXPERIÊNCIAS ADVERSAS E COMPORTAMENTO DELINQUENTE

Negligência física	10	37.0	0	0
Divórcio/separação parental	19	70.4	2	7.4
Exposição a violência doméstica	18	66.7	0	0
Abuso de substâncias em ambiente familiar	18	66.7	0	0
Doença mental ou suicídio na família	14	51.9	0	0
Prisão de um membro da família	12	44.4	0	0

Nota. Grupo 1– jovens em acolhimento; Grupo 2– jovens em contexto normativo

Através da estatística descritiva das dimensões temporais verificou-se que os jovens em acolhimento têm uma orientação temporal mais focada para o passado negativo ($M= 3.56$; $DP=1.04$), enquanto os jovens em contexto normativo apresentam uma orientação temporal mais focada para o passado positivo ($M= 4.10$; $DP= .70$) e menos focada para o passado negativo ($M= 1.89$; $DP= .72$) (cf. tabela 3).

Tabela 3

Estatísticas descritivas das dimensões temporais

Subescalas	Grupo 1				Grupo 2			
	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Passado negativo	3.56	1.04	1.43	5.00	1.89	.72	1.00	3.57
Passado positivo	2.67	.99	1.00	4.00	4.10	.70	2.50	5.00
Presente hedonista	3.24	.90	1.25	4.50	2.76	.63	1.25	4.00
Presente fatalista	3.04	.62	1.71	3.86	2.04	.65	1.00	4.00
Futuro	3.36	.95	1.40	5.00	3.84	.69	2.00	5.00

Nota. Grupo 1– jovens em acolhimento; Grupo 2– jovens em contexto normativo

Constatou-se ainda que existem jovens nos dois grupos com uma orientação temporal muito focada para o futuro, pois obtiveram a pontuação máxima nessa dimensão. Tal verifica-se ainda para a dimensão passado negativo e passado positivo, respetivamente, para o grupo em acolhimento e em contexto normativo (cf. tabela 3).

Quanto ao número de comportamentos delinquentes observou-se uma média superior para o grupo em acolhimento ($M= 2.89$; $DP= 3.64$) comparativamente ao grupo em contexto normativo ($M= .22$; $DP= .56$) (cf. tabela 4).

Tabela 4

Estatísticas descritivas da delinquência juvenil

	Grupo 1				Grupo 2			
	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Número de comportamentos delinquentes	2.89	3.64	0	16	.22	.56	0	2

Nota. Grupo 1– jovens em acolhimento; Grupo 2– jovens em contexto normativo

Relativamente à primeira hipótese colocada de que os jovens com índice de adversidade elevado têm uma orientação temporal mais focada para o passado negativo recorreu-se ao teste não paramétrico *U* de *Mann-Whitney*. Porém, esta análise teve de ser realizada para o número total de participantes, para se ter um *n* superior a 20 em todas as células. Ainda por esse motivo considerou-se índice de adversidade elevado um índice igual ou superior a 4 experiências adversas. Os resultados obtidos demonstraram que os jovens com um índice de adversidade elevado têm orientação temporal mais focada para o passado negativo, $U=67.00$; $p<.00$, tendo-se encontrado um tamanho de efeito grande ($d=.67$) (Cohen, 1988). Considerando esse resultado e as diferenças ao nível do índice de adversidade e da orientação temporal para o passado negativo, existentes nos grupos em estudo, recorreu-se ao teste de correlação de *Spearman* para observar o efeito do índice de adversidade na orientação temporal passado negativo para cada grupo. Constatou-se somente para o grupo em acolhimento que quanto maior o índice de adversidade mais focada é a orientação temporal para o passado negativo ($p=.01$), apresentando um tamanho de efeito moderado ($r_s=.47$) (Cohen, 1988). O grupo em contexto normativo não apresentou resultados estatisticamente significativos ($p=.85$) e verificou-se um tamanho de efeito muito pequeno ($r_s=.04$) (Cohen, 1988).

Relativamente à hipótese, de que os jovens com índice de adversidade elevado aderem a mais comportamentos delinquentes realizou-se também um teste não paramétrico *U* de *Mann-Whitney* para a amostra total (pelo motivo já explicado). Verificou-se que os jovens com um índice de adversidade elevado aderem a mais comportamentos delinquentes $U=99.00$; $p<.001$, sendo o tamanho de efeito encontrado grande ($d=.67$) (Cohen, 1988). Novamente, pelo teste de correlação de *Spearman* verificaram-se resultados estatisticamente significativos para o grupo em acolhimento ($p=.01$), apresentando um tamanho de efeito moderado ($r_s=.47$) (Cohen, 1988). Para o grupo em contexto normativo não se verificaram resultados estatisticamente significativos ($p=.46$) e verificou-se um tamanho de efeito pequeno ($r_s=.14$) (Cohen, 1988).

Para perceber que experiências adversas se relacionam com os comportamentos delinquentes,

realizaram-se testes de correlação de *Spearman*. Observaram-se, para o grupo em acolhimento, resultados estatisticamente significativos para a experiência prisão de um membro da família ($p=.00$), com um tamanho de efeito grande, $r_s=.53$ (Cohen, 1988). Para esse grupo, as experiências de abuso emocional ($r_s=.22$; $p=.27$), abuso físico ($r_s=.25$; $p=.21$), abuso sexual ($r_s=.20$; $p=.33$), negligência física ($r_s=.27$; $p=.18$), divórcio/separação parental ($r_s=.16$; $p=.43$), abuso de substâncias no ambiente familiar ($r_s=.18$; $p=.38$) e doença mental ou suicídio na família ($r_s=.16$; $p=.42$) apresentaram um tamanho de efeito pequeno (Cohen, 1988). As experiências de negligência emocional ($r_s=.32$; $p=.11$) e exposição a violência doméstica ($r_s=.35$; $p=.08$) apresentaram um tamanho de efeito moderado. Quanto ao grupo em contexto normativo não se verificaram resultados estatisticamente significativos, tendo-se observado um tamanho de efeito muito pequeno e pequeno (Cohen, 1988), respectivamente, para as experiências de negligência emocional ($r_s=-.08$; $p=.67$) e divórcio/separação parental ($r_s=-.12$; $p=.56$).

Para a hipótese de que quanto mais focada a orientação temporal para o futuro menor a adesão a comportamentos delinquentes, recorreu-se ao teste de correlação de *Spearman*, mas não se constataram resultados estatisticamente significativos para nenhum dos grupos, $p=.57$ e $p=.88$, respectivamente, para o grupo em acolhimento e em contexto normativo. Encontrou-se um tamanho de efeito muito pequeno para o grupo em acolhimento ($r_s=.03$) e pequeno para o grupo em contexto normativo ($r_s=.12$) (Cohen, 1988).

Relativamente à hipótese de que quanto mais focada a orientação temporal para o presente hedonista maior a adesão a comportamentos delinquentes, recorreu-se novamente ao teste de correlação de *Spearman*, através do qual não se constataram resultados estatisticamente significativos para nenhum dos grupos, $p=.27$ e $p=.39$, respectivamente, para o grupo em acolhimento e em contexto normativo. Encontrou-se um tamanho de efeito pequeno para ambos os grupos $r_s=.22$ e $r_s=.17$, respectivamente, para o grupo em acolhimento e em contexto normativo (Cohen, 1988).

Quanto à hipótese de que a dimensão temporal passado negativo tem um efeito moderador na relação entre o índice de adversidade e a delinquência juvenil, realizou-se um teste de regressão logística binária. Contudo, teve-se de transformar a variável dependente (comportamentos delinquentes) numa variável categórica dicotômica, pois é necessário para a realização deste teste uma variável dependente com essas características. Assim, a variável para este teste passou a ser “sim” e “não”, se os jovens apresentavam comportamentos delinquentes. Verificou-se que o pressuposto da ausência de multicolinearidade era respeitado, pois os valores de tolerância para ambos os grupos são superiores a .10 e os valores de inflação da variância são menores que 10 (cf. tabela 5).

Tabela 5

Estatísticas de colinearidade

	Grupo 1	Grupo 2
--	---------	---------

	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF
Índice total de adversidade	.86	1.16	.99	1.00
Futuro	.86	1.16	.99	1.00

Nota. Grupo 1– jovens em acolhimento; Grupo 2– jovens em contexto normativo; VIF- valores de inflação da variância

Após a verificação do pressuposto cumprido realizou-se o teste de regressão logística binária para se verificar se o índice de adversidade e a dimensão temporal de passado negativo são preditores da delinquência juvenil. O modelo contendo somente o índice de adversidade não foi significativo para o grupo em acolhimento residencial, $\chi^2(1) = 2.84$; $p = .09$, $R^2_{Negelkerke} = .14$, nem para o grupo em contexto normativo, $\chi^2(1) = 1.03$; $p = .31$, $R^2_{Negelkerke} = .07$. No segundo modelo foi introduzida a dimensão temporal passado negativo e os resultados demonstraram que, como o modelo anterior, este não foi significativo para o grupo em acolhimento, $\chi^2(2) = 3.42$; $p = .18$, $R^2_{Negelkerke} = .17$, nem para o grupo em contexto normativo, $\chi^2(2) = 1.03$; $p = .60$, $R^2_{Negelkerke} = .07$. Deste modo, o modelo que inclui a interação entre o índice de adversidade e a dimensão temporal passado negativo, também não foi significativo para nenhum dos grupos, $\chi^2(3) = 4.14$; $p = .25$, $R^2_{Negelkerke} = .20$ para o grupo em acolhimento e $\chi^2(3) = 1.03$; $p = .80$, $R^2_{Negelkerke} = .07$ para o grupo em contexto normativo. Verificou-se para todos os modelos um tamanho de efeito pequeno (Wilson, 2010).

Discussão

O estudo pretendeu analisar a relação entre as experiências adversas, a perspetiva temporal e o comportamento delinvente em jovens portugueses em acolhimento residencial e em contexto normativo, dadas as diferenças apontadas na literatura. Nesse sentido, um dos objetivos foi verificar as diferenças no índice de adversidade, na perspetiva temporal e nos comportamentos delinquentes em jovens nesses dois contextos de vida. Tal como Garrido et al. (2017) apontam, verificou-se que todos os jovens em acolhimento vivenciaram pelo menos uma experiência adversa na infância. Foi possível apurar ainda que, ao encontro da literatura (Baglivio & Epps, 2015; Baglivio et al., 2015; Fagan & Novak, 2017; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020), a maioria dos participantes deste grupo apresenta um elevado índice de adversidade, traduzido na exposição a quatro ou mais experiências adversas. Constatou-se também que, conforme a investigação neste domínio, os jovens em acolhimento apresentam maior índice de adversidade comparativamente aos jovens em contexto normativo (Crawford et al., 2018; Cusimano et al., 2020; Garrido et al., 2017; Moss et al., 2020; Rebbe et al., 2017; Turney & Wildman, 2017; Yang et al., 2020).

Quanto às categorias de experiências adversas analisadas, averiguou-se que, contrariamente à literatura (Pinto et al., 2015; Turney & Wildman, 2017), a experiência de negligência física foi, juntamente com a de abuso sexual, a menos relatada pelos jovens em acolhimento. Em contrapartida, a experiência

adversa mais relatada por este grupo foi a experiência de negligência emocional. Relativamente aos jovens em contexto normativo, a experiência adversa mais relatada foi divórcio/separação parental que, como Baglivio e Epps (2015) verificaram, não se encontra altamente interrelacionada com as restantes experiências adversas analisadas.

Relativamente à perspetiva temporal verificou-se que, conforme a investigação (Morsanyi & Forgasi, 2014; Rodrigues, 2019), os jovens em acolhimento residencial apresentam uma orientação temporal mais focada para o passado negativo, o que pode ser explicado pelo elevado índice de adversidade que este grupo apresenta (Rodrigues, 2019). Contrariamente, os jovens em contexto normativo apresentam uma orientação temporal mais focada para o passado positivo, o que converge com a literatura (Ortuño et al., 2017; Stolarski et al., 2011).

Finalmente, ainda referente a este objetivo, verificou-se que os jovens em acolhimento apresentam mais comportamentos delinquentes que os jovens em contexto normativo, o que novamente vai no mesmo sentido que a literatura (de Carvalho & Chima, 2020; Doyle, 2007; Farineu & McWey, 2011; Ryan et al., 2008; Ryan & Testa, 2005).

Outro objetivo do estudo era verificar a influência das experiências adversas na perspetiva temporal. Constatou-se que os jovens com elevado índice de adversidade têm uma orientação temporal mais focada para o passado negativo, tendo-se encontrado um tamanho de efeito grande para esta relação, apesar do reduzido número de participantes. Especificamente quanto maior o índice de adversidade para os jovens em acolhimento, mais focada é a orientação temporal para o passado negativo, o que se explica, novamente, pelo elevado número de experiências adversas vivenciado pelos jovens em acolhimento (Rodrigues, 2019), tendo-se verificado um tamanho de efeito moderado para esta relação. Por outro lado, não se verificaram resultados significativos para o grupo em contexto normativo, o que se explica pelo baixo índice de adversidade deste grupo, cujo valor mais elevado é um. Ademais, verificou-se ainda que estes jovens têm uma orientação temporal menos focada para o passado negativo.

Finalmente, procurou-se analisar o papel das experiências adversas e da perspetiva temporal na adesão a comportamentos delinquentes. Dessa forma, quanto ao papel das experiências adversas na adesão a comportamentos delinquentes observou-se que os jovens com elevado índice de adversidade aderem a mais comportamentos delinquentes, tendo-se verificado, apesar do número de participantes, um tamanho de efeito grande. Especificamente, quanto mais elevado o índice de adversidade, para os jovens em acolhimento, maior a adesão a comportamentos delinquentes, o que corrobora a extensa evidência científica existente (Allwood et al., 2012; Baglivio & Epps, 2015; Blum et al., 2019; Boullier & Blair, 2018; Brown & Shillington, 2017; Craig, 2018; Duke et al., 2010; Fagan & Novak, 2017; Flores et al., 2018; Gao et al., 2014; Garrido et al., 2017; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Hunt et al., 2016; Leban & Gibson,

2019; Rodrigues, 2019; Seiler et al., 2016; Widom, 2017; Wolf & Baglivo, 2016). Observou-se um tamanho de efeito moderado para esta relação. O motivo de não se verificarem resultados significativos para o grupo em contexto normativo, pode ser o facto de estes jovens apresentarem maioritariamente um índice de adversidade nulo.

Como a investigação sobre a relação de experiências adversas específicas com comportamentos delinquentes não é consistente, este estudo procurou verificar quais as experiências adversas que mais se relacionam com os comportamentos delinquentes para estes participantes. Nesse sentido, encontrou-se uma relação estatisticamente significativa, para o grupo em acolhimento, apenas para a experiência prisão de um membro da família. Este resultado, por um lado, vai de encontro à literatura que menciona que as experiências adversas de abuso físico e sexual, negligência (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Widom, 2017) e doença mental na família (Hunt et al., 2016; Turner et al., 2020) demonstraram ter um impacto significativo no envolvimento em condutas delinquentes. Enquanto, por outro, aponta no mesmo sentido que a literatura, pois as experiências de negligência e doença mental na família (Fox et al., 2015; Hunt et al., 2016) não demonstraram ter um impacto significativo na adesão a comportamentos delinquentes.

Relativamente à perspetiva temporal, os resultados demonstraram não se verificar, para nenhum dos grupos, que o envolvimento dos jovens em condutas delinquentes esteja relacionado com a sua orientação temporal mais focada para o presente hedonista ou para o futuro. Estes resultados divergem da investigação neste tópico (Carvalho et al., 2010; Chen & Vazsonyi, 2011; Clinkinbeard, 2013; Henson et al., 2006; Jackman & Machee, 2015; Kruger et al., 2015; Paiva, 2015; Rodrigues, 2019), segundo a qual, quanto mais focada a orientação temporal para o presente hedonista e para o futuro, maior e menor é, respetivamente, a adesão a comportamentos delinquentes. Os resultados encontrados podem dever-se, por um lado, ao facto de o estudo ser constituído por poucos participantes e, por outro, pelo grupo em acolhimento ser constituído por participantes somente do sexo feminino, sendo a externalização de comportamentos mais frequente para o sexo masculino (Blum et al., 2019; Duke et al., 2010; Leban e Gibson, 2019), enquanto a internalização, como depressão, é mais frequente nas raparigas (Blum et al., 2019; Costello et al., 2003).

Finalmente, verificou-se que a dimensão temporal passado negativo não exerce um papel moderador na relação entre o índice de adversidade e comportamentos delinquentes para nenhum dos grupos. Deste modo, apesar de os jovens em acolhimento estarem mais focados temporalmente para o passado negativo, os resultados demonstram que esta orientação temporal não é suficiente para que esta dimensão exerça um papel moderador na relação entre o índice de adversidade e comportamentos delinquentes. Para o grupo em contexto normativo este resultado explica-se, pelo exposto anteriormente, de que a maioria destes jovens apresenta um índice de adversidade nulo e também uma orientação temporal menos

focada para o passado negativo. Além disso, os resultados dos dois grupos podem ser explicados pelo reduzido número de participantes do estudo.

Limitações e estudos futuros

Os resultados do estudo devem ser analisados com cautela, pois este não está livre de limitações, sendo a principal o reduzido número de participantes. Ademais, a constituição dos grupos é qualitativamente distinta, pois o grupo em acolhimento é constituído somente por jovens do sexo feminino, enquanto o grupo em contexto normativo é maioritariamente constituído por jovens do sexo masculino. Assim, como a literatura (Blum et al., 2019; Leban & Gibson, 2019) indica que o sexo pode influenciar a adesão a comportamentos delinquentes, estudos futuros deveriam tentar ter grupos constituídos por participantes de ambos os sexos, o mais equitativamente possível, além de um maior número de participantes.

Outra limitação encontrada foi o facto de a recolha de dados ter-se realizado totalmente *online*, devido aos constrangimentos impostos pela pandemia Covid-19. Assim, como não existiu contacto entre investigador-participante-contexto de resposta desconhece-se a presença de elementos distratores que possam ter existido aquando da resposta dos participantes ao formulário.

Pode ainda considerar-se o uso de medidas de autorrelato uma limitação, pois como estudos indicam os jovens podem ter a tendência para ocultar informações (Hu et al., 2020; Mahler et al., 2017; Wolf & Baglivio, 2016).

Além disso, trata-se de um estudo transversal, o que consiste numa limitação, pois sabe-se que a perspetiva temporal, nomeadamente, a orientação temporal para o futuro vai-se alterando ao longo da adolescência e o desenvolvimento de problemas de comportamento pode ser, por isso, influenciado (Chen & Vazsonyi, 2011; Mello & Worrell, 2015; Monahan et al., 2015). Assim, se estudos futuros seguissem um desenho longitudinal possibilitaria acompanhar o desenvolvimento dos mesmos jovens ao longo desta fase de transição, permitindo estudar as diferenças na orientação temporal para o futuro e a influência desta na adesão a comportamentos delinquentes durante a adolescência.

Uma última limitação é o facto das estatísticas de tamanho de efeito terem sido genericamente pequenas.

Finalmente, outra sugestão para estudos futuros seria a inclusão de questões relativas às experiências de acolhimento, pois a investigação (Williams-Butler, 2018; Williams-Butler et al., 2020) revela que podem afetar a adesão a comportamentos delinquentes.

Conclusão

Concluindo, considerando os resultados encontrados verifica-se que os jovens em acolhimento residencial, face ao maior índice de adversidade, apresentam uma orientação temporal mais focada para o

passado negativo e aderem a mais comportamentos delinquentes, o que pode ser considerado uma estratégia de *coping* não adaptativa (Agnew, 1992; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Leban & Gibson, 2019). Como se sabe que distintos estilos de *coping* podem resultar em diferentes trajetórias de vida (Balgivio & Epps, 2015), é importante o desenvolvimento de estratégias de *coping* adaptativas, em programas de intervenção e prevenção com os adolescentes, principalmente, com aqueles que apresentam uma orientação temporal menos focada para o futuro (Chen & Vazsonyi, 2011). Igualmente, seria fundamental o desenvolvimento de programas de intervenção e prevenção que envolvam os cuidadores dos jovens nas instituições, as figuras de autoridade institucionais (i.e. professores), os seus pais e pares, pois a orientação temporal para o futuro é também construída através da interação dos jovens com os outros (Gouveia-Pereira et al., 2016). Além disso, os programas que envolvem o desenvolvimento de competências para a rede social pessoal dos jovens e para os próprios, podem ter maior sucesso na prevenção de comportamentos delinquentes (Hu et al., 2020; Yang et al., 2020). Assim, o trabalho em rede e o treino especializado para todos os envolvidos na deteção de comportamentos delinquentes e de experiências adversas seria importante (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020), especialmente, porque a identificação e intervenção precoce nas experiências adversas pode prevenir os comportamentos delinquentes e melhorar as circunstâncias de vida dos jovens (Balgivio et al., 2014).

Referências

- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, 30(1), 47–88. 10.1111/j.1745-9125.1992.tb01093.x
- Allwood, M., Baetz, C., DeMarco, S., & Bell, D. (2012). Depressive Symptoms, Including Lack of Future Orientation, as Mediators in the Relationship between Adverse Life Events and Delinquent Behaviors. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 5(2), 114–128. 10.1080/19361521.2012.671795
- Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). The Interrelatedness of Adverse Childhood Experiences Among High-Risk Juvenile Offenders. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 14(3), 179–198. 10.1177/1541204014566286
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., & Epps, N. (2015). The Relationship between Adverse Childhood Experiences (ACE) and Juvenile Offending Trajectories in a Juvenile Offender Sample. *Journal of Criminal Justice*, 43(3), 229–241. 10.1016/j.jcrimjus.2015.04.012
- Blum, R. W., Li, M., & Naranjo-Rivera, G. (2019). Measuring Adverse Child Experiences Among Young Adolescents Globally: Relationships With Depressive Symptoms and Violence Perpetration. *Journal of Adolescent Health*, 65(1), 86-93. 10.1016/j.jadohealth.2019.01.020
- Boullier, M., & Blair, M. (2018). Adverse childhood experiences. *Paediatrics and Child Health*, 28(3), 132–137. 10.1016/j.paed.2017.12.008
- Brown, S., & Shillington, A. (2017). Childhood adversity and the risk of substance use and delinquency: The role of protective adult relationships. *Child Abuse & Neglect*, 63, 211-221. 10.1016/j.chiabu.2016.11.006
- Bruskas, D. (2013). Adverse Childhood Experiences and Psychosocial Well-Being of Women Who Were in Foster Care as Children. *The Permanente Journal*, 17(3), e131–e141. 10.7812/TPP/12-121
- Carvalho, M. J. L. (2019). Delinquência juvenil: um velho problema, novos contornos. In L. M. Caldas (Ed.), *Jornadas de Direito Criminal: A Constituição da República Portuguesa e a Delinquência Juvenil* (pp.77-106). (Caderno especial). Centro de Estudos Judiciais. http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb_JornadasSantarem2019.pdf
- Carvalho, R. G., Pocinho, M., & Silva, C. (2010). Comportamento Adaptativo e Perspectivação do Futuro: Algumas Evidências nos Contextos da Educação e da Saúde. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 554-561. 10.1590/S0102-79722010000300016
- Chavarria, J., Allan, N. P., Moltisanti, A., & Taylor, J. (2015). The effects of Present Hedonistic Time Perspective and Past Negative Time Perspective on substance use consequences. *Drug and Alcohol Dependence*, 152, 39–46. 10.1016/j.drugalcdep.2015.04.027
- Chen, P., & Vazsonyi, A. T. (2011). Future Orientation, Impulsivity, and Problem Behaviors: A Longitudinal Moderation Model. *Developmental Psychology*, 47(6), 1633–1645. 10.1037/a0025327
- Chen, P., & Vazsonyi, A. T. (2013). Future Orientation, School Contexts, and Problem Behaviors: A Multilevel Study. *Journal of Youth and Adolescence*, 42(1), 67-81. 10.1007/s10964-012-9785-4
- Clinkinbeard, S. S. (2013). What Lies Ahead: An Exploration of Future Orientation, Self-Control, and Delinquency. *Criminal Justice Review*, 39(1), 19–36. 10.1177/0734016813501193
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. New York: Lawrence Erlbaum Pub.
- Costello, E. J., Mustillo, S., Erkanli, A., Keeler, G., & Angold, A. (2003). Prevalence and Development of Psychiatric Disorders in Childhood and Adolescence. *Archives of General Psychiatry*, 60(8), 837–844. 10.1001/archpsyc.60.8.837
- Craig, J. M. (2018). The Potential Mediating Impact of Future Orientation on the ACE-Crime Relationship. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 17(2), 111-128. 10.1177/1541204018756470
- Crawford, B., Pharris, A. B., & Dorsett-Burrell, R. (2018). Risk of serious criminal involvement among former foster youth aging out of care. *Children and Youth Services Review*, 93(C), 451–457. 10.1016/j.childyouth.2018.08.027
- Cusimano, M. D., Zhang, S., Huang, G., Wolfe, D., & Caprino, M. (2020). Associations between Traumatic Brain Injury, Drug Abuse, Alcohol Use, Adverse Childhood Events, and Aggression Levels in Individuals with Foster Care History. *Neurotrauma Reports*, 1(1), 241-252. 10.1089/neur.2020.0032

- Dall, R. E. (2004). Adolescent Brain Development: A Period of Vulnerabilities and Opportunities. Keynote Address. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1021(1), 1-22. 10.1196/annals.1308.001
- de Carvalho, J., & Chima, F. O. (2020). A Regression Analysis of Juvenile Delinquency Among African American Females in Foster Care. *Journal of Liberal Arts and Humanities*, 1(5), 1-15. <https://jlahnet.com/wp-content/uploads/2020/06/1.pdf>
- Doyle, J. J. (2007). Child Protection and Child Outcomes: Measuring the Effects of Foster Care. *American Economic Review*, 97(5), 1583-1610. 10.1257/aer.97.5.1583
- Dube, S., Felitti, V., Dong, M., Chapman, D., Giles, W., & Anda, R. (2003). Childhood abuse, neglect, and household dysfunction and the risk of illicit drug use: The adverse childhood experiences study. *Pediatrics*, 111(3), 564-572. 10.1542/peds.111.3.564
- Duke, N. N., Pettingell, S. L., McMorris, B. J., & Borowsky, I. W. (2010). Adolescent Violence Perpetration: Associations With Multiple Types of Adverse Childhood Experiences. *Pediatrics*, 125(4), e778–e786. 10.1542/peds.2009-0597
- Elliot, D. S., & Ageton, S. S. (1980). Reconciling race and class differences in Self-reported and official estimates of delinquency. *Behavioral Research Institute*, 45(1), 95-110. 10.2307/2095245
- Erikson, E. (1968). *Identity: Youth and crisis*. Norton. https://www.academia.edu/37327712/Erik_H._Erikson_-_Identity_Youth_and_Crisis_1_1968_W._W._Norton_and_Company_1_
- Fagan, A. A., & Novak, A. (2017). Adverse Childhood Experiences and Adolescent Delinquency in a High-Risk Sample. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 16(4), 1-23. 10.1177/1541204017735568
- Farineau, H. M., & McWey, L. M. (2011). The relationship between extracurricular activities and delinquency of adolescents in foster care. *Children and Youth Services Review*, 33(6), 963–968. 10.1016/j.childyouth.2011.01.002
- Farrington, D. P., Loeber, R., & Howell, J. C. (2017). Increasing the Minimum Age for Adult Court. *Criminology & Public Policy*, 16(1), 83–92. doi:10.1111/1745-9133.12259
- Felitti, V., Anda, R., Nordenberg, D., Williamson, D., Spitz, A., Edwards, V., & Marks, J. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245-258. 10.1016/S0749-3797(98)00017-8
- Flores, J., Hawes, J., Westbrook, A., & Henderson, C. (2018). Crossover youth and gender: What are the challenges of girls involved in both the foster care and juvenile justice systems?. *Children and Youth Services Review*, 91(C), 149–155. 10.1016/j.childyouth.2018.05.031
- Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child Abuse & Neglect*, 46, 163–173. 10.1016/j.chiabu.2015.01.011
- Gao, Y., Wong, D. S. W., & Yu, Y. (2014). Maltreatment and Delinquency in China. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60(1), 38–61. 10.1177/0306624x14547495
- Garrido, E.F., Weiler, L. M., & Taussing, H., N. (2017). Adverse Childhood Experiences and Health-Risk Behaviors in Vulnerable Early Adolescents. *Journal of Early Adolescence*, 38(5), 661-680. 10.1177/0272431616687671
- Gomis-Pomares, A. (2020). ¿Influyen las experiencias adversas infantiles en el comportamiento antisocial y altruista durante la adultez emergente?. *Agora de salud*, 7, 135-145. <http://dx.doi.org/10.6035/AgoraSalut.2020.7.14>
- Gonçalves, R. A. (2013). Explicar o comportamento criminoso: O contributo da Psicologia. *Investigação Criminal*, 1(6), 10-33. <https://asficpj.pt/images/repositorio/RIC6.pdf>
- Gouveia-Pereira, M., Gomes, H. MS., Roncon, F., & Mendonça, R. (2016). Impulsivity Mediates the Relationship between Future Orientation and Juvenile Deviancy. *Deviant Behavior*, 38(1), 34-46. 10.1080/01639625.2016.1190591

- Gypen, L., Vanderfaeillie, J., De Maeyer, S., Belenger, L., & Van Holen, F. (2017). Outcomes of children who grew up in foster care: Systematic-review. *Children and Youth Services Review, 76*, 74–83. 10.1016/j.chilgyouth.2017.02.035
- Henson, J. M., Michael P. C., Kate B. C., & Stephen A. M. (2006). Associations Among Health Behaviors and Time Perspective in Young Adults: Model Testing with Boot-Strapping Replication. *Journal of Behavioral Medicine, 29*(2), 127–137. 10.1007/s10865-005-9027-2
- Hilley, C. D., Lindstrom J., S., & Cheng, T. L. (2019). Profiles of Future Orientation among Assault-injured Adolescents: Correlates and Concurrent Outcomes. *Journal of Youth and Adolescence, 48*(8), 1555–1566. 10.1007/s10964-019-01032-z
- Hinnant J. B., & Forman-Alberti, A. B. (2018). Deviant Peer Behavior and Adolescent Delinquency: Protective Effects of Inhibitory Control, Planning, or Decision Making?. *Journal of Research on Adolescence, 29*(3), 1–14. 10.1111/jora.12405
- Hu, A., van Ryzin, M. J., Schweer-Collins, M. L., & Leve, L. D. (2020). Peer Relations and Delinquency Among Girls in Foster Care Following a Skill-Building Preventive Intervention. *Child Maltreatment, 26*(2), 205-215. 10.1177/1077559520923033
- Hunt, T. K. A., Berger, L. M., & Slack, K. S. (2016). Adverse childhood experiences and behavioral problems in middle childhood. *Child Abuse & Neglect, 67*, 391-402. doi:10.1016/j.chiabu.2016.11.005
- Jackman, D. M., & MacPhee, D. (2015). Self-Esteem and Future Orientation Predict Adolescents' Risk Engagement. *The Journal of Early Adolescence, 33*(7), 339-366. 10.1177/0272431615602756
- Kehinde, A. C., & Tolulope, A., (2019). Resilience and Locus of Control as Predictors of Delinquent Behaviour among linquent Behaviour among Secondary School Students in Ado- School Students in Ado-Ekiti. *International Journal of Educational Research and Management Technology, 4*(4), 117-125. <https://casirmediapublishing.com/wp-content/uploads/2020/02/Pages-117-125-2019-4221.pdf>
- Kruger, D. J., Carrothers, J., Franzen, S. P., Miller, A. L., Reischl, T. M., Stoddard, S. A., & Zimmerman, M. A. (2015). The Role of Present Time Perspective in Predicting Early Adolescent Violence. *Journal of Interpersonal Violence, 33*(18), 1894-1908. 10.1177/0886260515619752
- Leban, L., & Gibson, C. L. (2019). The role of gender in the relationship between adverse childhood experiences and delinquency and substance use in adolescence. *Journal of Criminal Justice, (C)*, 1–11. 10.1016/j.jcrimjus.2019.101637
- Lei n° 166/99, de 14 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14. Acedido a 01 de fevereiro 2021. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/166/1999/p/cons/20150303/pt/html>
- Lima, L. N. (2013). Temporal Orientation And Future Time Perspective Of Adolescents In Institutional Care. In V. Ortuño, P. Cordeiro (Eds.), *Internacioal studies in time perspective* (pp. 33–49). Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0775-7_4
- Mahler, A., Simmons, C., Frick, P. J., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2017). Aspirations, expectations and delinquency: The moderating effect of impulse control. *Journal of Youth and Adolescence, 46*(7), 1503–1514. 10.1007/s10964-017-0661-0
- Mello, Z. R., & Worrell, F. C. (2015). The Past, the Present, and the Future: A Conceptual Model of Time Perspective in Adolescence. In M. Stolarski, N. Fiulaine, & W. van Beek (Eds.), *Time Perspective Theory; Review, Research and Application: Essays in Honor of Philip G. Zimbardo* (pp. 115-129). Springer International Publishing Switzerland. 10.1007/978-3-319-07368-2
- Molinari, L., Speltini, G., Passini, S., & Carelli, M. G. (2015). Time perspective in adolescents and young adults: Enjoying the present and trusting in a better future. *Time & Society, 25*(3), 1043-1056. 10.1177/0961463X15587833
- Monahan, K. C., King, K. M., Shulman, E. P., Cauffman, E., & Chassin, L. (2015). The effects of violence exposure on the development of impulse control and future orientation across adolescence and early adulthood: Time-specific and generalized effects in a sample of juvenile offenders. *Development and Psychopathology, 27*(4), 1–18. 10.1017/s0954579414001394

- Morsanyi, K., & Fogarasi, E. (2014). Thinking about the past, present and future in adolescents growing up in Children's Homes. *Journal of Adolescence*, 37(7), 1043-1056. <http://dx.doi.org/10.1016/j.adolescence.2014.07.011>
- Moss, H. B., Ge, S., Trager, E., Saavedra, M., Yau, M., Ijeaku, I., & Deas, D. (2020). Risk for Substance Use Disorders in young adulthood: Associations with developmental experiences of homelessness, foster care, and adverse childhood experiences. *Comprehensive Psychiatry*, 100, 152-175. 10.1016/j.comppsy.2020.152175
- Müller-Fabian, A., & Delcea, C. (2017). Juvenile Delinquent's Decision Making Capacity in Risk Situations: A Multifactorial Approach. *International Journal of Mental Health & Psychiatry*, 3(1), 1-5. 10.4172/2471-4372.1000143
- Ortuño, V., & Gamboa, V. (2009). Estrutura factorial do Zimbaro Time Perspective Inventory - ZTPI numa amostra de estudantes universitários portugueses. *Avances en Psicología Latino americana*, 27(1), 21-32. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/t01397-000>
- Ortuño, V., Paixão, I. N., Cordeiro, Paixão, M. P., & Gamboa, V. (2017). Inventário de Perspetiva Temporal de Zimbaro (IPTZ). In L. S. Almeida, M. R. Simões & M. M. Gonçalves (Coords.), *Adaptação, Desenvolvimento e Sucesso Académico dos Estudantes do Ensino Superior: instrumentos de avaliação* (pp. 80-94). Braga: Associação para o Desenvolvimento da Investigação em Psicologia da Educação. 10.13140/RG.2.1.1602.0008
- Paiva, C. (2015). *Perspetiva temporal de futuro e elaboração de projetos pessoais: compreensão da dinâmica dos objetivos na iniciação e manutenção dos comportamentos* [Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/27135>
- Pechorro, P., Lima, R., Simões, M. R., & DeLisi, M. (2018). Validity and reliability of the Self-Report Delinquency among a sample of at-risk youths. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 30(1), 1-16. <https://doi.org/10.1080/14789949.2018.1439991>
- Pinto, R., Fernandes, A., Mesquita, C., & Maia, Â. C. (2015). Childhood Adversity Among Institutionalized Male Juvenile Offenders and Other High-Risk Groups Without Offense Records in Portugal. *Violence and Victims*, 30(4), 600–614. 10.1891/0886-6708.vv-d-13-00002
- Rebbe, R., Nurius, P. S., Ahrens, K. R., & Courtney, M. E. (2017). Adverse childhood experiences among youth aging out of foster care: A latent class analysis. *Children and Youth Services Review*, 74, 108–116. 10.1016/j.childyouth.2017.02.004
- Rodrigues, E. (2019). *Experiências adversas e comportamentos de risco: o papel da perspetiva temporal e expectativas* [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/61495>
- Ryan, J. P., Marshall, J. A., Herz, D., & Hernandez, P. M. (2008). Juvenile delinquency in child welfare: Investigating group home effects. *Children and Youth Services Review*, 30(9), 1088–1099. 10.1016/j.childyouth.2008.02.004
- Ryan, J. P., & Testa, M. F. (2005). Child maltreatment and juvenile delinquency: Investigating the role of placement and placement instability. *Children and Youth Services Review*, 27, 227-249. 10.1016/j.childyouth.2004.05.007
- Seiler, A., Kohler, S., Ruf-Leuschner, M., & Landolt, M. A. (2016). Adverse childhood experiences, mental health, and quality of life of Chilean girls placed in foster care: An exploratory study. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 8(2), 180–187. 10.1037/tra0000037
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão Portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). In A. Noronha, C. Machado, L. Almeida, M. Gonçalves, S. Martins & V. Ramalho (Coords.), *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilibrios Edições. <https://core.ac.uk/download/pdf/55611999.pdf>
- Soleimanpour, S., Geierstanger, S., & Brindis, C. D. (2017). Adverse Childhood Experiences and Resilience: Addressing the Unique Needs of Adolescents. *Academic Pediatrics*, 17(7), S108–S114. 10.1016/j.acap.2017.01.008

- Steinberg, L. (2014). Should the Science of Adolescent Brain Development Inform Public Policy?. *Court Review: The Journal of the American Judges Association*, 50(2), 69-76. <https://digitalcommons.unl.edu/ajacourtreview/492>
- Stolarski, M., Bitner, J., & Zimbardo, P. G. (2011). Time perspective, emotional intelligence and discounting of delayed awards. *Time & Society*, 20(3), 346–363. 10.1177/0961463x11414296
- Stolarski, M., Fieulaine, N., & van Beek, W. (2015). Time Perspective Theory: The Introduction. In M. Stolarski, N. Fieulaine, & W. van Beek (Eds.), *Time Perspective Theory; Review, Research and Application: Essays in Honor of Philip G. Zimbardo* (pp. 1-16). Springer International Publishing Switzerland. 10.1007/978-3-319-07368-2
- Sword, R. M., Sword, R. K. M., Brunskill, S. R., & Zimbardo, P. G. (2014). Time Perspective Therapy: A New Time-Based Metaphor Therapy for PTSD. *Journal of Loss and Trauma*, 19(3), 197–201. 10.1080/15325024.2013.763632
- Teixeira, D. N., Silva, S. R., & Henriques, M. R. (2018). Children in residential care: Thematic content of their life narratives. *Análise Psicológica*, 36(1), 1-14. 10.14417/ap.1245
- Timmer, A., Antonaccio, O., & French, M. T. (2020): Hot or Cool Processing? Adolescent Decision-Making and Delinquency. *Justice Quarterly*, 1-34. 10.1080/07418825.2020.1730424
- Tregeagle, S., Moggach, L., Trivedi, H., & Ward, H. (2018). Previous life experiences and the vulnerability of children adopted from out-of-home care: The impact of Adverse Childhood Experiences and child welfare decision making. *Children and Youth Services Review*, 96, 55-63. 10.1016/j.childyouth.2018.11.028
- Turner, H. A., Finkelhor, D., Mitchell, K. J., Jones, L. M., & Henly, M. (2020). Strengthening the predictive power of screening for adverse childhood experiences (ACEs) in younger and older children. *Child Abuse & Neglect*, 107, 1-16. 10.1016/j.chiabu.2020.104522
- Turney, K., & Wildeman, C. (2017). Adverse childhood experiences among children placed in and adopted from foster care: Evidence from a nationally representative survey. *Child Abuse & Neglect*, 64, 117–129. 10.1016/j.chiabu.2016.12.009
- Widom, C. S. (2017). Long-Term Impact of Childhood Abuse and Neglect on Crime and Violence. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 24(2), 186-202. 10.1111/cpsp.12194
- Williams-Butler, A. (2018). Reducing delinquency among African American youth in foster care: Does gender make a difference in crossover prevention?. *Children and Youth Services Review*, 94(C), 563-571. 10.1016/j.childyouth.2018.08.036
- Williams-Butler, A., Duron, J. F., Costantino, A., Schmidt, A., & Hanten, G. (2020). Relational permanence and the potential for delinquency among African American adolescents in foster care. *Children and Youth Services Review*, 116(C), 1-32. 10.1016/j.childyouth.2020.105098
- Wilson, D. B. (2010). *Meta-analysis stuff*. Recuperado a 26 de maio de 2021 de <http://mason.gmu.edu/~dwilsonb/ma.html>
- Wolff, K. T., & Baglivio, M. T. (2016). Adverse Childhood Experiences, Negative Emotionality, and Pathways to Juvenile Recidivism. *Crime & Delinquency*, 63(12), 1495–1521. 10.1177/0011128715627469
- Yang, J., McCuish, E., & Corrado, R. (2020). Is the Foster Care-Crime Relationship a Consequence of Exposure? Examining Potential Moderating Factors. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 19(6), 94-112. 10.1177/1541204020939643
- Zimbardo, P. G., Boyd, J. N. (1999). Putting Time in Perspective: A Valid, Reliable Individual-Differences Metric. In M. Stolarski, N. Fieulaine, & W. van Beek (Eds.), *Time Perspective Theory; Review, Research and Application: Essays in Honor of Philip G. Zimbardo* (pp. 17-55). Springer International Publishing Switzerland. 10.1007/978-3-319-07368-2



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 078/2020

Relatores: Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: *Perspetiva Temporal, Delinquência Juvenil e Experiências Adversas na Infância: em adolescentes institucionalizados*

Equipa de Investigação: Sofia Filipa Lopes Fernandes, Mestrado Integrado em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Professora Doutora Paula Cristina Marques Martins (orientadora), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Perspetiva Temporal, Delinquência Juvenil e Experiências Adversas na Infância: em adolescentes institucionalizados*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 22 de dezembro de 2020.

O Presidente da CEICSH

(Acílio Estanqueiro Rocha)

Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto